

**Gênero e sexualidade no livro didático:
Conteúdos e abordagens do livro Sociologia em Movimento em contexto de
disputas no âmbito educacional brasileiro¹**

Helena Motta Monaco²
PPGAS/UFSC/Santa Catarina

RESUMO

A partir de uma abordagem etnográfica, a pesquisa analisa o conteúdo de gênero e sexualidade no livro didático Sociologia em Movimento distribuído nas escolas brasileiras pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Explora o contexto de intensos conflitos sobre direitos de mulheres e LGBTs na educação brasileira com a ascensão de grupos conservadores como resposta a alguns avanços obtidos ao longo dos últimos anos, especialmente com políticas educacionais direcionadas à diversidade desenvolvidas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O livro didático em questão, que contém um capítulo exclusivamente dedicado ao estudo de gêneros, sexualidades e identidades, foi criticado por conservadores por impor a chamada “ideologia de gênero” a alunos e alunas de Ensino Médio. Não obstante, este foi o livro de sociologia mais distribuído na última edição do Programa (2015-2017) e atualmente está em sua segunda edição. Ademais, o livro continua a desenvolver conteúdo didático sobre gênero e sexualidade, atualizando-se em debates contemporâneos na área, especialmente no que diz respeito a uma perspectiva interseccional. Assim, mesmo com os ataques ao tratamento de questões de gênero e sexualidade na educação básica, os autores e autoras do livro atentam-se para os desenvolvimentos recentes no campo da Antropologia Feminista, levando estes debates para as escolas brasileiras através do material didático.

Palavras-chave: Livro didático; Gênero; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida em meu Trabalho de Conclusão de Licenciatura (MONACO, 2018) sobre os conteúdos de gênero e sexualidade no livro

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Bolsista CAPES.

didático Sociologia em Movimento, aprovado e distribuído pelo PNLD Sociologia de 2015 e 2018. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) avalia, compra e distribui livros didáticos para as escolas públicas brasileiras a cada três anos. A pesquisa que dá origem a este trabalho explora o contexto de intensos conflitos sobre direitos de mulheres e LGBTs na educação brasileira com a ascensão de grupos conservadores como resposta a alguns avanços obtidos ao longo dos últimos anos, especialmente com políticas educacionais direcionadas à diversidade desenvolvidas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A escolha do livro Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013; 2016) como foco deste trabalho se deu porque foi ele o mais vendido entre os aprovados pelo PNLD Sociologia de 2015. Ademais, optei por centrar meu este estudo nesta obra por conter um capítulo específico a respeito da temática de gênero e sexualidade. De fato, alguns trabalhos apontam para o destaque do conteúdo de gênero e sexualidade neste livro (ENGERROFF, 2016; LIMOEIRO, 2017; NUNES e CHAGAS, 2016; VIRGÍNIO, 2016) em comparação com os demais livros de sociologia do PNLD. Conforme Marcela Nunes e Gabriella Chagas (2016), o livro Sociologia em Movimento trabalha estes conteúdos de modo mais completo do que os demais, uma vez que tem um capítulo exclusivamente destinado ao assunto e, portanto, pode apresentar conceitos e os explica-los em maior profundidade.

O objetivo da pesquisa foi realizar uma análise etnográfica do livro didático em seu conteúdo de gênero e sexualidade, comparando as duas edições existentes. Tal análise levou em consideração o contexto nacional no que tange as disputas acerca da educação, em especial do ensino de gênero e sexualidade nas escolas. Assim, menciono neste artigo os retrocessos na inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade na educação em âmbito nacional, com atenção aos discursos críticos à chamada “ideologia de gênero” nas escolas, que vêm ganhando força nos últimos anos. Em seguida, exploro os conteúdos de gênero e sexualidade nas duas edições do livro, verificando as mudanças ocorridas nesse período de três anos que as separa.

A FALÁCIA DA IDEOLOGIA DE GÊNERO

As últimas décadas trouxeram, tanto no Brasil quanto internacionalmente, um avanço na promoção do respeito à diversidade sexual e a equidade de gênero, onde a educação é entendida como um fator importante (REIS; EGGERT, 2017). No Brasil, foi durante o governo Lula (2003-2011) que políticas e programas passaram a abordar

diretamente as temáticas de gênero e diversidade sexual na educação (NUNES, 2016). De acordo com Felipe Fernandes (2011), a agenda anti-homofobia implementada no governo Lula é resultado da luta dos movimentos feministas e de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT). A articulação de movimentos libertários e feministas de segunda onda resultam em uma “homossexualidade política no Brasil”, que, ao final das três décadas de sua emergência, produz uma agenda anti-homofobia nacionalmente abrangente e que possui eficácia de política pública. (FERNANDES, 2011, p.44). Na gestão do ex-presidente Lula, foi implementada uma política estatal de combate à homofobia, resultante da pressão dos movimentos sociais e dos conhecimentos produzidos pelos estudos de gênero. Tal agenda é assumida, então, pelo Ministério da Educação (MEC) (FERNANDES, 2011).

Em 2004, é lançado o Programa Brasil sem Homofobia, com o objetivo de combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT através da formulação e implementação de políticas integradas e nacionais (NUNES, 2016). Ainda em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), visando atender populações antes excluídas ou marginalizadas do sistema de educação formal (FERNANDES, 2011). É a partir da criação dessa secretaria que sujeitos e temas anteriormente excluídos são canalizados para a agenda governamental do MEC (VIANNA, 2012), com o desenvolvimento de ações relativas às temáticas de gênero e sexualidade na educação. Após a criação da SECAD, foram realizadas pela primeira vez no país ações com vistas a combater o sexismo e a homo-lesbo-transfobia, muitas vezes em parceria entre o MEC e movimentos sociais (NUNES, 2016).

Não obstante, essas ações e iniciativas passam a sofrer inúmeras pressões sociais. Um exemplo disso, que recentemente voltou ao foco da atenção nacional durante as eleições presidenciais, é o caso do Kit de Combate à Homofobia. Produzido pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde em decorrência do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, o Kit, após pressão da bancada evangélica e conservadora do Congresso, foi vetado pelo governo federal (NUNES, 2016). Fernandes (2011) mostra que a recepção da proposta do Kit pelos setores conservadores, especialmente os setores ligados ao fundamentalismo religioso, ocasionou muita polêmica, resistência e reação homofóbica. Na mídia, argumentava-se que tratar-se-ia de um incentivo à homossexualidade por parte do governo federal. Dois protagonistas da reação homofóbica ao Kit foram os deputados Jair Bolsonaro (PP/RJ) e João Campos (PSDB/GO). Fernandes (2011) mostra que João

Campos argumentava que os materiais seriam menos voltados ao combate à homofobia do que a um estímulo à homossexualidade, acusando os profissionais do MEC de serem “dessa orientação sexual” e, portanto, produzirem o material de forma enviesada. Por sua vez, o deputado Jair Bolsonaro cunhou o apelido de “Kit Gay” para o Kit de Combate à Homofobia, contribuindo para a reação homofóbica. Ele argumentava, então, como voltou a argumentar durante o período de campanha eleitoral deste ano, sobre o suposto perigo do kit, que representaria um recrutamento de crianças para a homossexualidade. De acordo com Felipe Fernandes (2011), este perigo do recrutamento tem sido o discurso homofóbico de maior eficácia política. Após a reação conservadora, a presidenta Dilma Rousseff vetou o Kit de Combate à Homofobia, em maio de 2011. Fernandes (2011) identificou nesse acontecimento um sinal de declínio dos avanços do governo Lula no que diz respeito ao combate à homofobia.

Tal como no caso do Kit, o risco de estímulo à homossexualidade vem sendo um dos argumentos centrais utilizado pelos adeptos do chamado Programa Escola sem Partido, que atualmente pauta a maior parte de suas ações no combate ao que chamam de “ideologia de gênero”.

De fato, as questões relativas a diversidade e, mais especificamente, gênero e sexualidade na educação, são objeto de graves disputas políticas no Brasil. Nesse sentido, setores conservadores advogam pela retirada da suposta "ideologia de gênero" das escolas. Acompanhando a precarização da educação, temos visto retrocessos no que diz respeito às políticas de gênero e sexualidade na educação, como a retirada de gênero e sexualidade do Plano Nacional de Educação, em 2015, bem como a crescente perseguição de professores e professoras e o incentivo a práticas de vigilância do trabalho docente por parte de alunos e pais, como a filmagem de aulas.

Nota-se que grupos conservadores se têm fortalecido, em oposição aos avanços das pautas feministas e dos movimentos LGBT, principalmente na área da educação (MARQUES, 2017). Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) indicam que esses discursos, em diversos contextos nacionais, provêm de grupos conservadores que buscam distanciar os movimentos LGBT e feministas da definição de políticas públicas, de forma a marcar o Estado como um espaço masculino resistente às demandas supostamente ameaçadoras desses movimentos. Mónica Cornejo-Valle e José Ignacio Pichardo (2017) indicam que este fenômeno difere de formas de resistência anteriores, que possuíam caráter local e reativo. Agora, entretanto, esse movimento se mostra transnacional e bem organizado por partidos e *lobbies* conservadores. A partir de meados dos anos 1990, este

movimento se baseia em uma declaração de alerta mundial contra os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos, tanto em uma dimensão intelectual internacional quanto com uma dimensão política, com elementos internacionais e locais (CORNEJO-VALLE; PICHARDO, 2017).

Este avanço conservador no debate público, de acordo com Miguel (2016) ocorre de forma mais evidente, no Brasil, durante a década atual, onde a desigualdade passa a ser entendida como desejável e necessária em nome do ideal da “meritocracia” (MIGUEL, 2016). Ganha visibilidade expressão política, assim, um movimento que qualifica as escolas como doutrinadoras e propõe medidas impeditivas para professoras e professores, com vistas a acabar com a “doutrinação ideológica” que ocorreria através da expressão de opiniões consideradas impróprias (MIGUEL, 2016). Neste contexto, o Programa Escola sem Partido aparece como um dos instrumentos mais reconhecidos, cujo foco mais recente seria a oposição à “ideologia de gênero” nas instituições escolares (MARQUES, 2017). O Programa tem servido de base teórica para uma série de projetos apresentados no Congresso Nacional e nos poderes legislativos estaduais (MIGUEL, 2016) que pretendem, entre outras coisas, impedir o ensino de gênero e sexualidade nas escolas.

Por meio desses discursos conservadores, foi disseminada a ideia de que a “ideologia de gênero” seria um perigo propagado no sistema educacional, destruidor dos papéis de gênero e consequentemente da família, despertando “uma espécie de pânico moral, retrocesso e demonização do ‘inimigo’.” (REIS; EGGERT, 2017, p.20). A preocupação central dos conservadores religiosos, de acordo com Miguel (2016), é a educação, porque as crianças são vistas como as mais vulneráveis à “ideologia de gênero” e, se expostas a ela, isso resultaria num impedimento da consolidação da identidade masculina ou feminina da criança (MIGUEL, 2016). Os alvos prioritários de combate à ideologia de gênero, no Brasil, foram o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, e planos de educação estaduais e municipais votados em 2015 (MIGUEL, 2016). Miguel (2016) argumenta que o fundamentalismo cristão, com seu discurso homofóbico, contrário ao feminismo e em defesa da família, é imprescindível para sustentar as forças políticas conservadoras uma vez que se faz necessário para conquistar apoio popular. Com isso, tem ocorrido um retrocesso em políticas públicas educacionais ocasionado por “fatores ideológicos, políticos e econômicos, mascarado no discurso religioso fundamentado no que a base conservadora fundamentalista denomina ‘ideologia de

gênero’.” (NUNES, 2016, p.113), atingindo inclusive órgãos públicos conquistados pelas lutas dos movimentos feminista e LGBT.

Com o fortalecimento político de grupos conservadores no país, é notável a pressão que eles exercem em diversas instâncias da vida social, sendo o sistema educacional um alvo privilegiado. Nessa direção, o próprio livro didático de Sociologia é alvo de ataques por parte de grupos conservadores, incluindo críticas ao livro Sociologia em Movimento³ por defender o ensino da suposta "ideologia de gênero" nas escolas. De fato, o livro foi acusado de culpar a família e a igreja pelas discriminações, propagando uma suposta “tese marxista” e fazendo uma apologia ao “fim da família e da lei natural”.

O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os livros didáticos destinados ao Ensino Médio começaram a ser avaliados e distribuídos pelo PNLD em 2004. Entretanto, é apenas em 2012 que livros de Sociologia passam a integrar o Programa, após a disciplina ser tornada obrigatória em âmbito nacional, em 2008. A obra Sociologia em Movimento (SILVA et al, 2013; 2016) foi aprovada duas vezes, no PNDL 2015 e 2018. Na seção anterior, vimos que as questões relativas a gênero e sexualidade na educação constituem, atualmente, um campo de intensas disputas políticas no Brasil, incluindo críticas a essa obra. Entretanto, o Guia do PNLD 2018 indica que as obras didáticas

[...] devem representar culturalmente a sociedade contemporânea na qual se inserem, propondo abordagens que: promovam a imagem da mulher reforçando seu protagonismo social; abordem as temáticas de gênero; proporcionem debates relativos à superação de todas as formas de violência; promovam a educação em direitos humanos, afirmando os direitos de crianças, adolescentes e idosos; incentivem ações pedagógicas voltadas para o respeito e valorização da diversidade no que se refere aos conceitos de sustentabilidade e cidadania; promovam positivamente a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, a cultura e história afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros; abordem a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando a construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária. (BRASIL, 2017, p.9)

Percebe-se, pois, que de acordo com o Guia os livros didáticos deveriam ser capazes de sustentar uma abordagem de respeito às diferenças e combate às discriminações e desigualdades, inclusive no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. A respeito da Sociologia, o Guia do PNLD 2018 indica que os problemas

³ 1 Ver “A prova que faltava: livro recomendado pelo MEC ensina gênero nas escolas”. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/a-prova-que-faltava-livro-recomendado-pelo-mec-ensina-genero-nas-escolas>>.

próprios das Ciências Sociais são compreendidos, no contexto escolar, a partir de dois princípios básicos. Estes princípios são os de “desnaturalização” e “estranhamento” dos fenômenos sociais (BRASIL, 2017). Em se tratando de questões de gênero e sexualidade, o próprio conceito de gênero é cunhado para desnaturalizar as relações entre os sexos, contribuindo para a compreensão de seus aspectos socioculturais. Além disso, ambos os princípios, como resultado do processo de aprendizagem, contribuem para a desconstrução de estereótipos e auxiliam a compreensão, por parte de estudantes, dos fenômenos estudados. De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, por sua vez, a Sociologia contribui para fomentar o estranhamento de fenômenos familiares, quando estes fenômenos são construídos enquanto objetos de estudo da disciplina (BRASIL, 2006). Vale lembrar, aqui, que, apesar do nome, componente curricular chamado de Sociologia abrange conhecimentos das três grandes áreas das Ciências Sociais, de modo a contemplar conteúdos de Sociologia, Ciência Política e Antropologia, pois entende-se que “fenômenos relativos à representação simbólica do mundo, à dominação política e às formas de sociabilidade são indissociáveis e, enquanto tais devem ser abordados em sala de aula” (BRASIL, 2015, p.43-44). Dessa forma, estes conteúdos do componente seriam parte integrante do processo de alfabetização científica de estudantes brasileiros. Ainda conforme as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a Sociologia teria a capacidade de auxiliar a apreensão de alunos e alunas quanto às mudanças no mundo social que acompanham a complexificação de suas estruturas (BRASIL, 2006).

O componente curricular Sociologia, portanto, tem sido compreendido como um dos principais responsáveis por incentivar nos alunos e alunas o exercício da reflexão crítica no que diz respeito a sua realidade social, cultural, política e econômica. Tomando gênero e sexualidade como fenômenos sociais e historicamente localizados que têm influências sobre as vidas individuais de estudantes, as ciências humanas e, em especial, a Sociologia, seriam as principais encarregadas do estudo e questionamento desses fenômenos no contexto escolar. Isto é particularmente evidente considerando que a escola é uma instituição importante entre as responsáveis pela reprodução de desigualdades baseadas em gênero e sexualidade.

Embora as questões relacionadas a gênero e sexualidade perpassem todas as instâncias sociais, sendo produzidas e reproduzidas por práticas discursivas e performativas (BUTLER, 1993; 2001; 2016), a escola aparece como um lugar privilegiado de perpetuação das desigualdades (LOURO, 1999). Por sua vez, entendido

como uma obra culturalmente produzida e que reflete concepções próprias de seu momento histórico, o livro didático se constitui, também, em um espaço de reprodução de valores e estabelecimento de regimes de inteligibilidades de gênero e sexualidade por meio de práticas discursivas. Por outro lado, ao trabalhar sociologicamente o conteúdo de gênero e sexualidade, este material pode contribuir para desnaturalizar tais regimes de inteligibilidade, legitimando práticas tidas como desviantes.

Em cada uma de suas duas edições, o livro *Sociologia em Movimento* dedica um capítulo de 28 páginas ao estudo das temáticas de gênero e sexualidade, apresentando autoras e autores, conceitos, teorias e discussões relevantes nesse campo. Entretanto, percebi, durante a pesquisa, que ocorreu uma mudança significativa no conteúdo apresentado entre as duas versões. O título dos capítulos presente em cada edição já fornece algumas pistas para identificar as mudanças ocorridas. Na primeira edição, o capítulo é intitulado “Gênero e Sexualidade”, e na segunda modifica-se para “Gêneros, sexualidades e identidades”. É perceptível, assim uma mudança na perspectiva adotada. Ao colocar estas palavras no plural, é evidenciada a multiplicidade inerente a estas questões já discutida pelos estudos feministas que têm mostrado que as experiências das mulheres são plurais, pois marcadas por diferentes experiências de classe, raça, cultura (HARDING, 1987). Dessa forma, não existe “a mulher” ou “a experiência feminina” no singular.

Além disso, as duas edições apresentam importantes diferenças nos objetivos do capítulo, apresentados em suas capas, em seções que indicam as capacidades que os e as estudantes terão ao final do capítulo. Enquanto na primeira edição a ênfase é dada na compreensão de que gênero e orientação sexual são histórica e culturalmente construídos, bem como nas desigualdades de gênero existentes no mundo, na segunda edição a ênfase é na interseccionalidade e inter-relação entre sexo, gênero e sexualidade, incluindo sexualidade na questão das desigualdades (para além do gênero) e o foco nas violências. A questão motivadora do capítulo, igualmente apresentada na capa, também se modifica. Na primeira edição a questão enfatiza o machismo no Brasil, perguntando como seria possível construir uma sociedade mais igualitária para homens e mulheres, com respeito à diversidade. Vemos, assim, que o destaque é colocado nas questões de gênero, dizendo respeito especialmente aos direitos das mulheres. Por outro lado, na segunda edição a questão motivadora diz respeito ao sofrimento das pessoas causado por sua caracterização como diferentes a respeito de seus gêneros e sexualidades, sem dar especial atenção à questão de gênero.

Interessante notar que a segunda edição, já no primeiro parágrafo do capítulo, faz menção às tensões atuais no cenário político brasileiro, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade: “Nos últimos anos, procurou-se silenciar esse assunto nas escolas, nas famílias, na mídia. O que se observa, porém, é o crescimento das falas e dos movimentos por reivindicações ligados aos direitos daqueles considerados ‘diferentes’.” (SILVA et al., 2016, p.330). Percebe-se, pois, que os autores e autoras do livro se inserem nos debates e tensões identificadas no primeiro capítulo deste trabalho, sem deixá-los de lado na escrita do livro didático, mas trazendo este assunto como ponto de discussão importante no texto. O livro, portanto, inclui-se no movimento, reconhecido por ele próprio, de crescimento das falas sobre gênero e sexualidade, em resposta às tentativas de silenciamento.

Com relação à sexualidade, há diferenças marcantes entre as duas edições. Na primeira, ela é entendida como orientação do desejo sexual e afetivo relacionada às representações sociais ou subjetivas da identidade de gênero e não determinada pela constituição biológica, novamente fazendo a distinção entre sexo-biologia e gênero-social. A orientação sexual é entendida como definida de acordo com o sexo biológico (e não o gênero) das pessoas que são objeto de desejo sexual e afetivo. Não há, entretanto, uma diferenciação clara entre identidade de gênero e orientação sexual, como fica evidente no trecho a seguir:

[...] Assim, para nos referirmos à sexualidade das pessoas, empregamos, além das categorias relacionadas ao comportamento geral masculino e feminino, as seguintes categorias relativas aos afetos e à escolha do objeto sexual: homossexual (sente atração por pessoas do mesmo sexo), heterossexual (sente atração por pessoas do sexo oposto) e bissexual (sente atração por pessoas de ambos os sexos). (SILVA et al., 2013, p.340)

Sem diferenciar os conceitos, o texto fica confuso, pouco didático, misturando categorias diferentes e complexas na mesma explicação. Miriam Grossi (1998) chama atenção para a necessidade de distinguir os conceitos de identidade de gênero e práticas sexuais. Assim, gênero diz respeito às origens sociais das identidades e comportamentos de homens e mulheres e de suas relações, em contraposição à ideia de origens biológicas; identidade de gênero diz respeito ao lugar do indivíduo dentro de uma cultura determinada e a sexualidade refere-se às práticas e sentimentos relacionados às atividades sexuais dos indivíduos (GROSSI, 1998). Por outro lado, na segunda edição, argumenta-se que a categorização binária do sexo, gênero e das orientações afetivo-sexuais foi construída historicamente. Apoiado nos estudos de Foucault, o livro apresenta que a religião e a ciência ocidentais contribuíram para normatizar e disciplinar essas expressões segundo

essa lógica binária. A sexualidade humana, portanto, seria definida por elementos socioculturais, e não apenas fisiológicos como acreditava-se anteriormente.

Sobre pessoas transgênero, a primeira edição argumenta que este termo “não designa uma orientação sexual nem um gênero específico, mas aquelas pessoas que não se identificam com as convenções tradicionais de homem e mulher e, por isso, combinam ou alternam características associadas a essas identidades” (SILVA et al., 2013, p.340). Nesse sentido, diferencia orientação sexual, gênero e identidade de gênero em um caso específico, mas, novamente, não os define de forma sistemática. Novamente, a segunda edição apresenta definições melhor construídas e fundamentadas. Identifica os termos para referir-se ao sexo biológico das pessoas a partir dos órgãos genitais. Nesse sentido, sexo feminino/fêmea é empregado para referir-se a pessoas com vagina, intersexual para pessoas com genitália ambígua e sexo masculino/macho para pessoas com pênis. Segue-se que a identidade de gênero faz referência ao que se considera individualmente como mulher, homem ou transgênero/transexual, sendo esses dois últimos definidos como pessoas que não se identificam como o sexo de nascimento. Assim, o livro informa que pessoas que se identificam com o gênero feminino, mas não nasceram com o sexo feminino, são chamadas de mulheres transgênero ou transexuais e o mesmo se dá no caso dos homens transgênero ou transexuais. Por outro lado, define ainda o termo cisgênero, que diz respeito a pessoas que se identificam com o sexo de nascimento, podendo ser mulher ou homem cisgênero ou cissexual. A partir dessas definições, pode-se notar o grande avanço em termos de clareza conceitual e exposição didática dos conceitos com relação à primeira edição.

É perceptível, na primeira edição, a centralidade do conceito de patriarcado no desenvolvimento de sua argumentação. Ele é definido como:

Forma de organização social na qual as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens são submetidos aos mais velhos. A sociedade patriarcal valoriza as atividades culturalmente convencionadas como masculinas, a ponto de determinar papéis sociais e sexuais nos quais o masculino tem vantagens e privilégios; simultaneamente, institui o controle da sexualidade, do corpo e da autonomia feminina. (SILVA et al., 2013, p.341)

A importância desse conceito se dá pela centralidade do debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres nessa edição do livro. A respeito disso, apresenta dados do IBGE que evidenciam a desigualdade salarial entre homens e mulheres, além de dados do International Parliament Union mostrando o baixo percentual de mulheres na política em diversos países, incluindo o Brasil, e dados sobre o feminicídio. O livro identifica a permanência da sociedade patriarcal como causadora da violência contra

mulheres e da violência homofóbica. Na segunda edição, é possível notar que não há tanto foco no conceito de patriarcado, mas em uma análise mais complexa. As desigualdades entre homens e mulheres são apresentadas, mostrando que as mulheres vêm adentrando postos de trabalho anteriormente pouco ocupados por elas, mas que as desigualdades ainda são grandes. Chama atenção para a desigualdade salarial no Brasil, um dos piores índices do mundo, mostrando também que as mulheres trabalham mais porque são, em geral, responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado.

Uma grande diferença entre as edições é o grande foco, na mais recente, na questão da interseccionalidade, atentando para tratamento das experiências e marcadores diversos.

Na primeira edição do livro, é notável a atenção destinada às desigualdades de gênero, em especial no mundo do trabalho, e, em menor medida, aos direitos homossexuais. A desigualdade entre homens e mulheres é identificada de diversas formas: mulheres com menos cargos de chefia e na política, salários melhores em média, mesmo com o mesmo grau de escolaridade e em funções similares e a grande ocorrência de violência doméstica. A discriminação e violência contra a mulher são identificadas como um tipo específico de desigualdade, relacionado com as questões de gênero, que incluem “problemas relativos ao preconceito contra homossexuais (homofobia) e transgêneros.” (SILVA et al., 2013, p.337). Os autores e autoras argumentam que a valorização do masculino é cultural e histórica, não biológica, explicando que a diferenciação entre homens e mulheres e seu lugar simbólico ultrapassa a estrutura anatômica e é a base do desenvolvimento de relações de dominação a partir do gênero, como o patriarcado.

O livro também fala sobre as mudanças ocorridas ao longo do século XX, como a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, sua crescente independência, liberdade sexual e a melhor aceitação de homossexuais e transgêneros. Traz uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho caracterizada pela ocupação, por parte das mulheres, de cargos em geral menos qualificados, com menores salários e relacionados a papéis sociais femininos, além de serem as encarregadas também do trabalho doméstico. Ademais, os estudos feministas são citados como questionadores e desnaturalizadores do modelo familiar tradicional. A primeira e segunda onda do feminismo, bem como o feminismo “de hoje”, ou “pós-estruturalista” são diferenciados apenas superficialmente, ao contrário do que ocorre na edição mais recente. Este feminismo mais recente seria crítico à abordagem típica do feminismo anterior que reconhecia uma unidade identitária

de ser mulher. “Segundo elas [feministas pós-estruturalistas], as diferenças entre etnia e classe, assim como os diferentes aspectos culturais, também são determinantes para o papel social e a vivência cotidiana das mulheres” (SILVA et al., 2013, p.344). Os argumentos desse feminismo, entretanto, não são aprofundados. Ao contrário, a abordagem do livro enfatiza muito a relação entre a desigualdade entre homens e mulheres e aquela decorrente do capitalismo, identificando, por exemplo, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho como um fator de aumento do chamado exército industrial de reserva. As análises que poderiam ser chamadas interseccionais são tímidas, limitando-se a alguns exemplos.

Na segunda edição, por outro lado, há uma transformação na abordagem utilizada no capítulo. Tal como na edição anterior, o conceito de patriarcado é apresentado, considerado um importante ponto de partida do feminismo do século XX, que diria respeito à visão do homem como superior à mulher que se espalha pelas mais variadas instâncias da vida social. Entretanto, os autores (as) mencionam que as definições tradicionais dos papéis de gênero vêm se diluindo, apesar da permanência de estruturas patriarcais que reproduzem a violência contra a mulher. A rigidez das normas de gênero é colocada como variável de acordo com cada sociedade. Segundo o livro, são chamadas de patriarcais aquelas que têm o modelo familiar monogâmico e heterossexual com poder centrado no pai e a submissão das mulheres ao espaço doméstico e posições sociais inferiores. Entretanto, a edição mais recente aponta que o conceito de patriarcado foi criticado nos últimos anos. Se, na primeira edição, um dos focos era a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, marcadamente pela situação desfavorável das mulheres com relação aos homens desde a sua inserção no mercado, na mais recente, o livro fala menos da entrada das mulheres no mercado de trabalho do que na ocupação de postos de trabalho e saída do espaço doméstico para muitas mulheres. Ademais, esta edição traz um tópico específico para a discussão interseccional, com foco nas questões de raça, classe e gênero. A seção começa questionando a universalidade de “ser mulher” e a essência dessa identidade, que na edição anterior é apresentada como dada. As feministas negras são identificadas como protagonistas da crítica ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo que não considerava as diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade. É citado o surgimento de diferentes feminismos para além daquele de origem europeia, foco da primeira edição. São mencionados o feminismo socialista, feminismo negro, transfeminismo e feminismo pós-colonial que colocam em evidência a abordagem interseccional.

O enfoque da interseccionalidade percebe as diferenças de gênero, raça, classe e orientação sexual de forma integrada, considerando suas interações na realidade social e tendo a preocupação de não hierarquizar as diversas formas de opressão. Analisar as diferenças entre homens e mulheres, por exemplo, mostrou-se insuficiente por não se observarem as diversidades específicas que existem entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras. (SILVA et al., 2016, p. 340)

A importante crítica do feminismo negro é apontada, em suas afirmações de que as feministas brancas se organizavam em lutas pelo emprego e reconhecimento como cidadãs, ao passo que as mulheres negras continuavam sendo penalizadas não só pelo sexismo mas também pelo racismo e não usufruíram das conquistas do feminismo branco. A primeira edição cita brevemente o feminismo pós-colonial e o feminismo negro, que criticam o modelo burguês do movimento feminista tradicional, além da historiadora Sylvie Schweitzer que questiona a suposta entrada das mulheres no mercado de trabalho como emancipadora das mulheres, uma vez que sempre existiram mulheres que trabalhavam – a diferença é que as mulheres brancas e de classe média passaram a adentrar o mercado de trabalho formal. Entretanto, tais críticas são apenas mencionadas, na medida em que a abordagem geral do texto reforça o modelo de feminismo branco e a ideia de que as mulheres conquistaram o direito ao trabalho a partir da industrialização. A crítica do feminismo negro, portanto, aparecia apenas como uma observação, e não como um eixo central de discussão dentro do capítulo como ocorre na edição mais recente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diretrizes do PNLD 2018 estabelecem os livros devem sustentar uma abordagem de respeito às diferenças e combate às discriminações e desigualdades, entre outras, de gênero e sexualidade, acompanhando um movimento de inclusão de debates sobre a diversidade no âmbito educacional que ocorreu no Brasil desde o primeiro governo Lula. O edital, assim, priorizou o tratamento de gênero enquanto temática, privilegiando a representação positiva das mulheres e o combate a violências, tanto sexista quanto homofóbica e transfóbica. Ademais, a veiculação, nas obras, de estereótipos e preconceitos, incluindo, entre outros, de gênero e orientação sexual é motivo para eliminação de livros de qualquer componente.

Não obstante, defendo que o livro didático se insere em um contexto mais amplo que ultrapassa os limites do PNLD. Com efeito, vimos que as políticas educacionais adotadas nos últimos anos, resultado da luta dos movimentos feministas e LGBT, passam

a abordar diretamente as temáticas de gênero e sexualidade na educação. De fato, ao longo das últimas décadas tem havido uma promoção do respeito à diversidade sexual e à igualdade de gênero na educação, tanto no Brasil quanto no mundo (REIS; EGGERT, 2017). Tais iniciativas, entretanto, encontraram forte reação conservadora, com o ritmo de grande fortalecimento de grupos conservadores que têm como foco também o sistema educacional, posição que se evidencia a partir dos projetos de lei que contrários à “ideologia de gênero” e à “doutrinação ideológica” nas escolas. O Movimento Escola sem Partido surge como uma das vozes desses discursos assumidamente conservadores, apresentando o Programa Escola sem Partido como um instrumento de combate à suposta ideologia de gênero. Este programa aparece como uma resposta conservadora aos avanços que vinham ocorrendo no Brasil das agendas políticas feministas e LGBT, marcadamente na educação. São notáveis, portanto, os retrocessos das políticas públicas educacionais como consequência disso.

Nesse contexto, o livro *Sociologia em Movimento*, foi um dos inúmeros alvos de críticas por tratar das temáticas de gênero e sexualidade, supostamente fazendo “doutrinação ideológica” e propagando a chamada “ideologia de gênero”. Paralelamente, observam-se mudanças significativas no conteúdo de gênero e sexualidade entre as duas edições do livro – de 2013, do PNL 2015 e de 2016, do PNL atual de 2018. Ao invés de recuar perante as críticas, entretanto, o livro se atualizou no debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade, apresentando os conteúdos com mais propriedade e de forma a incluir outras facetas ignoradas ou pouco exploradas na primeira edição. Verifica-se, pois, um aprimoramento das discussões sobre transexualidade e interseccionalidade, especialmente entre raça e gênero. Enquanto na primeira edição existe uma ênfase muito grande no aspecto culturalmente construído do gênero, bem como nas desigualdades, principalmente no trabalho, entre homens e mulheres, na segunda edição a ênfase maior é na inter-relação entre os diferentes marcadores sociais que levam a diferentes discriminações e desigualdades, evidenciando a perspectiva de que não existe uma única experiência feminina, por exemplo.

A centralidade da noção de patriarcado na primeira edição, numa visão de homens enquanto opressores ativos e mulheres enquanto oprimidas passivas, dá lugar, na segunda edição, a uma análise mais complexa das relações de gênero imbricadas também em outras relações, especialmente de raça e classe, com a incorporação das críticas do feminismo negro. As mudanças constatadas sugerem uma atenção, por parte dos autores e autoras, aos debates atuais de movimentos sociais no que diz respeito a gênero e

sexualidade, ao contrário da edição anterior que trazia definições que poderiam levar a visões transfóbicas por parte de estudantes.

Ademais, no início do capítulo sobre gênero e sexualidade, conforme mencionado, a última edição do livro cita as disputas relativas a gênero e sexualidade na educação com tentativas de silenciamento que vêm ocorrendo nos últimos anos, mais uma vez mostrando que os autores e autoras estão atentas e ativos nesse debate. De fato, o livro identifica um aumento nas “falas” e movimentos reivindicando os direitos dos “diferentes”. Ao que parece, portanto, o livro didático Sociologia em Movimento não apenas resiste aos ataques, mas responde a eles atualizando-se e aprofundando a discussão sobre gênero e sexualidade no material didático destinado à educação básica. O livro, assim, se constitui enquanto um dos meios pelos quais estas “falas” sobre os direitos dos “diferentes”, que ele mesmo identifica, se fortalecem, apesar de todas as medidas que tentam calá-las.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Guia de livros Didáticos:** PNLD 2018. Apresentação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Brasília, 2006. Vol. 3: Ciências Humanas e suas tecnologias. Cap. 4: Conhecimentos de Sociologia, p. 101-133.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.* In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex.** New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, José Ignacio. "La "ideología de género" frente a los derechos sexuales y reproductivos: El escenario español." **Cadernos Pagu**, n. 50, p.1-32, 2017.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. Quando a sociologia é cidadã: as temáticas de religião e gênero nos livros didáticos para a disciplina. **Anais do II Simpósio Internacional da ABHR, XV Simpósio Nacional da ABHR e II Simpósio Sul da ABHR**, Florianópolis, 2016.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. n. 24, p. 1-18. Florianópolis, 1998.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a Feminist Method?. In: HARDING, Sandra (ed.). **Feminism & Methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987, p.:1-14.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. Gênero e sexualidade nos livros didáticos de sociologia. **Anais V ENESEB**, Brasília, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: Costa, M.V. (org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999. p.85-92.

MARQUES, Vera. Educação, gênero e sexualidade: algumas reflexões sobre o Programa Escola sem Partido. **Revista Café com Sociologia**, V.6, n. 1. p. 158-172, jan./abr. 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Vol. 07, n.15, 2016, p. 590-621.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Gender Ideology": notes for the genealogy of a contemporary moral panic. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set/dez 2017.

MONACO, Helena Motta. **Livro didático em contexto de disputas: Gênero e sexualidade no livro Sociologia em Movimento**. 2018. 106 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NUNES, Virgínia de Santana Cordolino. **Antropologia, diversidade sexual e educação: Uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia**. 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

NUNES, Marcela de Oliveira; CHAGAS, Gabriella Romagnoli. Gênero e Diversidade Sexual em foco: avaliação dos livros didáticos de Sociologia. **Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar**. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 35, dezembro-maio, 2016.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan. 2017

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em Movimento: volume único: ensino médio / Vários Autores**. – 1ª. ed. – São Paulo: Moderna, 2013.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em Movimento: volume único: ensino médio / Vários Autores**. – 2ª. ed. – São Paulo: Moderna, 2016.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

VIRGÍNIO, Josiene Almeida. Gênero e sexualidade no material didático de sociologia: um tema pouco explorado. **Anais XII CONAGES**, Campina Grande, 2016.